

Breve relato histórico da luta por moradia em Salvador: o caso da ocupação Quilombo de Escada

A brief historical account of the struggle for housing in Salvador: the occupation of Quilombo de Escada case

Luciana da Luz Silva*

RESUMO

A partir da construção histórica, a nível nacional e local, este artigo discute a problemática do conflito fundiário urbano em Salvador, sob a perspectiva da luta de classes que se afigura entre os movimentos sociais e o capital imobiliário, ressaltando o papel mediador do Estado. Para ilustrar os argumentos explorados, será apresentado o caso da ocupação do MSTB (Movimento dos Sem Teto da Bahia) Quilombo de Escada, aqui colocada enquanto parâmetro da atuação dos movimentos sociais de luta por habitação em Salvador. Analisar-se-ão informações auferidas mediante a realização de um estudo quali-quantitativo junto à comunidade, no qual foram levantados dados censitários e acerca da trajetória de vida dos militantes do MSTB. Por fim, serão enumeradas as ilações obtidas a partir da análise transversal e dialógica do instrumental teórico e da pesquisa empírica.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos sociais, conflito fundiário urbano, Estado, desigualdade social, luta de classes.

ABSTRACT

From the historic construction, at national and local level, this article discusses the problem of urban landownership conflict in Salvador, from class struggle perspective which came about between social movements and urban property capital, emphasizing the mediating role of the state. To illustrate the explored arguments, the display case of occupation of MSTB (Movimento dos Sem Teto da Bahia) Quilombo de Escada, will be presented as the parameter for the fight for housing social movements in Salvador. Analyzing information will be gathered through a qualitative and quantitative study carried out in the community, in which they were raised and census data about the trajectory of the lives of militants MSTB. Finally, will be listed the lessons derived from the transversal analysis dialogic of the theoretical instrumental and the empirical research.

KEYWORDS: social movements, urban landownership conflict, government, social inequality, the class struggle.

O desafio está, portanto, na organização, pois esta tanto pode transformar-se num instrumento de passividade circunstancial e de reforço a uma subordinação consciente, como também numa via de construção de perspectivas futuras, firmada na unidade, como passo para autonomia.

Nelson Oliveira

* Mestranda do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista Mestrado FAPESB, integrante da COMUNA e do LEMARX/FACED/UFBA.

protestos com queima de pneus na Avenida Suburbana, em frente à ocupação, e entraram em contato com o governo estadual, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR), que, por sua vez, estabeleceu negociações com a diretoria da empresa. Esta é a dura realidade da vida nas ocupações de insegurança da posse de suas residências, sem acesso aos serviços básicos necessários ao exercício pleno do direito humano à habitação e mesmo à cidadania, posto que os moradores da ocupação não são beneficiados por serviços públicos essenciais, tais como: saneamento básico, energia elétrica, saúde, segurança, limpeza, educação de qualidade, cultura e lazer. A solução encontrada pela comunidade é recorrer a formas alternativas para suprir estas demandas, e que envolvem a divisão dos custos e do trabalho necessário entre os próprios moradores da ocupação a fim de viabilizá-la.

As inúmeras histórias das mais 400 famílias que vivem em Escada têm pelo menos um ponto em comum, entre si e com as histórias de todos e todas que lutam pelo exercício pleno do direito à habitação: em algum momento de suas vidas, por razões das mais diversas, estas pessoas foram confrontadas com a impossibilidade de sustentar os seus lares. Sem ter a quem recorrer, muitos já vivendo nas ruas, estes cidadãos e cidadãs se uniram ao MSTB, na esperança de, através da militância social, conquistar o sonho de ter uma casa.

A partir da aplicação de um questionário censitário, de abordagem quali-quantitativa, baseado na metodologia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) junto a uma amostra de 104 famílias da ocupação⁹ (o que corresponde a 26% das famílias residentes), foi traçado o perfil de seus moradores, com o objetivo precípuo de elucidar algumas das características deste fenômeno social ainda pouco estudado. A contribuição da pesquisa de campo para o estudo da problemática da habitação em Salvador tem o caráter fundamental de facultar a relativização dos dados estatísticos uma vez que, ao invés de se ater apenas às categorias genéricas que orientam a sua coleta, parte da observação de situações concretas e complexas, postas por uma realidade premente e por muitas vezes ignorada pela sociedade e pelas autoridades

⁹ A coleta dos dados foi realizada pela autora, no período compreendido entre junho e setembro de 2007, em parceria com os companheiros e companheiras que militam na COMUNA. A metodologia utilizada neste estudo de caso foi a análise de conteúdo, assim descrita por Severino: “Envolve a análise do conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos, a busca do significado das mensagens” (2007: 121).

competentes, e que se simplificam na rigidez homogeneizada das codificações estatísticas. Exatamente por isso, optou-se aqui pela abordagem quali-quantitativa.

A sociedade contemporânea é pródiga em ler e traduzir as condições sociais através de números correlacionados em tabelas e gráficos, em indicadores de situação de vida. Este procedimento sintético camufla, e por vezes anula, a existência dos atores sociais em seus jogos cênicos, nos quais os destinos pessoais estão alinhados ao esforço cotidiano de toda uma coletividade, seja ela expressa no conjunto da cidade, seja na configuração de paisagens menores, bairros ou mesmo ruas (ESPINHEIRA, 1999: 72).

A partir dos dados coletados, percebeu-se que a maior parte dos moradores é natural da cidade do Salvador (65%), contra 26% de moradores naturais do interior do estado e 9% provenientes de outros estados, sendo que a grande maioria deles já residia na região do subúrbio ferroviário (76%), especialmente nas regiões do Alto da Terezinha e de Rio Sena, fato que evidencia a segregação social no espaço urbano soteropolitano. É uma população majoritariamente feminina (58% frente a 42% de homens) e que possuem, em média, 2,5 moradores por residência. Quase metade dos moradores se considera negro(a), 47% do total, e outros 26% se consideram pardos. A questão de gênero é um aspecto muito marcante na ocupação. Apesar de serem maioria, as mulheres em Escada, além da luta por habitação, enfrentam ainda o machismo e o sexismo, muitas são vítimas de violência doméstica.

Durante as entrevistas realizadas, 24,9% das mulheres afirmaram enfrentar depressão e outros problemas de saúde em decorrência de separações conjugais traumáticas e da solidão imposta pelo papel de mães solteiras, além da necessidade de trabalharem (em casa, nas atividades domésticas e na rua, para sustentarem suas famílias). Muitas destas mulheres, 32%, começaram a trabalhar ainda quando crianças –antes dos nove anos de idade– como empregadas domésticas, fato que evidencia outra questão social seriíssima: a exploração do trabalho doméstico infantil. Tais desafios levaram as mulheres do MSTB a criar em agosto de 2007 o grupo Guerreiras Sem Teto, por considerar que se fazia necessário mobilizar as mulheres do MSTB para combater a dupla opressão de gênero que enfrentam: dentro do movimento e na luta pela moradia na esfera pública; e dentro de seus lares, nas relações interpessoais, na esfera privada. Nesse grupo de mulheres, que se reúne

regularmente e articula atividades políticas junto a todas as ocupações do movimento, são discutidas desde questões menores referentes aos problemas cotidianos observados nas ocupações em geral, até as políticas públicas de caráter estrutural que lhes interessa, passando pelo debate político dos dissensos internos pertinentes ao MSTB. Em um dos documentos produzidos pelas guerreiras, elas concluem que:

Cinco anos se passaram e em Salvador (não apenas nela, trata-se de um problema das grandes metrópoles) a situação dos “sem tetos” continua a mesma ou pouco mudou; poucas casas, em vista do déficit habitacional, que nós do movimento acreditamos ser de 150.000, foram construídas; poucas famílias foram abrigadas; quase nenhuma política habitacional para resolver o problema das famílias que têm renda mensal abaixo de um salário mínimo foi implementada. E aí vale falar do PSH – Programa de Subsídio Habitacional – ao qual muito poucos têm acesso, e do Crédito Solidário que é um programa que não serve para quem é “sem teto”, já que sabemos que um dos nossos grandes problemas é também sermos “sem emprego”, e ele exige uma renda mensal fixa de, no mínimo, um salário mínimo. Então, continuamos na luta pela Reforma Urbana. QUEREMOS TETO! Mas, também queremos, acima de tudo, decidir sobre a política urbanística, sobre o nosso cadastramento, sobre as nossa gente, sobre os nossos projetos de comunidade, e exigimos disponibilidade de infra-estrutura, serviços urbanos, equipamentos, respeito [...] (MSTB, 2008: 3).

Em relação à escolaridade dos moradores, mesmo com 88% de pessoas oficialmente alfabetizadas, é grande o número dos considerados analfabetos funcionais, ou mesmo pessoas que, apesar de terem avançado no ensino formal até a quarta ou quinta série, na prática, não sabem ler e/ou escrever. Isto evidencia a péssima qualidade do ensino público oferecido no estado, que, não à toa, ostentou no ano de 2007 o título vergonhoso de campeão nacional de analfabetismo. Cerca de 58% dos moradores já freqüentaram escola ou creche e outros 31% freqüentam, atualmente, um desses espaços. Dentre as que estão freqüentando escola ou creche, 62% freqüentam o ensino fundamental e 24% o ensino médio. Já entre as pessoas que já freqüentaram estes espaços em algum momento, 30% interromperam os estudos até a quarta série, 38% interromperam na oitava série; 11% possuem ensino médio incompleto e apenas 16% concluíram o ensino médio.

A pirâmide etária da ocupação é composta por: 22% das pessoas entre 0 e 12 anos; 15% possuem entre 13 e 18 anos; 25% entre 19 e 30 anos e outros 15% entre 31 e 40 anos. Com 41 anos de idade ou mais, 23%. No total, 61% dos moradores integram a faixa da população economicamente ativa. Entretanto, apenas 55% dos integrantes dessa faixa possuem carteira de trabalho. Os índices

referentes à empregabilidade entre os moradores da comunidade são alarmantes. Cerca de 85% das famílias não possuem nenhum membro com emprego formal ou fixo. Ou seja, o mercado informal e a prestação de serviços não regularizados são as principais fontes de renda dessa população. Especificamente no que tange à renda familiar, cerca de 51% das famílias vivem com uma renda mensal de zero a meio salário mínimo. Outras 26% vivem com uma renda de meio a um salário mínimo. O Estado (em suas esferas municipal, estadual e federal) é lembrado através do adjetivo “ausente” por 60% das famílias. Já para 18% delas, o adjetivo que lembra a atuação do Estado é “abandono”. Um dos inúmeros reflexos dessa ausência está no fato de 81% das famílias considerarem não ter acesso nenhum a serviços públicos essenciais.

Neste contexto socioeconômico desfavorável e de repleta ausência do Estado, algumas necessidades foram colocadas como prioritárias por essa parcela da população. Conforme 45% das respostas, problemas estruturais são as maiores necessidades da ocupação (saneamento básico, luz elétrica, segurança pública, acesso a água tratada, etc.), em seguida vieram Saúde (24%) e Educação (22%), ambas com margem significativa de citações. Uma das falas mais recorrentes dos moradores da ocupação é a de que não é suficiente apenas que o governo lhes “dê casa”. Existe uma preocupação muito grande com as políticas públicas mais amplas, voltadas para geração de emprego e renda, bem como o acesso a um ensino de qualidade, sobretudo para seus filhos. Muitos dos moradores do Quilombo de Escada afirmam se preocupar com o fato de que eles próprios freqüentaram a escola durante alguns anos e hoje não sabem nem ler nem escrever. Temem, assim, que os filhos e filhas tenham a mesma “sorte”. Há ainda a questão da saúde, uma vez que os moradores da ocupação não foram cadastrados pelos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento no bairro (porque não possuem comprovante de residência)¹⁰ e, desta forma, sempre que necessitam de assistência médica precisam recorrer ao Hospital João Batista Caribé, que além de estar em outro bairro, e desta forma demandar custos com transporte, implica no agravamento do problema da saúde na cidade, pois onera ainda mais um hospital que já lida com uma demanda excedente.

¹⁰ Trata-se de uma questão operacional referente a recentes mudanças no sistema de saúde pública em função da implantação do Programa Saúde da Família na rede municipal.

Trajetórias

A seguir serão expostas algumas pequenas histórias destes grandes lutadores e lutadoras, que vivem hoje na ocupação Quilombo de Escada. Dos entrevistados, 14,5% não quiseram contar suas histórias de vida, alguns por constrangimento, outros por timidez ou motivos ignorados. Mas, a maioria (85,5%) relatou passagens de suas lutas pessoais. A reprodução destas falas busca, precipuamente, resgatar a subjetividade escamoteada pelas análises meramente estatísticas.¹¹ Para Espinheira

As práticas sociais cotidianas passam despercebidas dessa leitura e dessa tradução que desconhecem os destinos pessoais, as subjetividades, e tomam como referenciais tão somente os dados que ligam essas pessoas ao conjunto organizado do que se poderia considerar como estrutura social. Assim, os níveis de renda, medidos pelo salário mínimo, diriam das condições de vida de uma população, ou o PIB a renda *per capita*, a riqueza de um país. Mas não estão presentes os sentimentos, os modos de ser, os gestos e as falas, a alma e o humor, as expressões da existência (1999: 72).

“Agora está tudo ótimo. Sou mãe de família, e estou satisfeita. Dá desgosto essa situação indefinida de moradia, mas quero voltar a estudar e ser faxineira. Quero que meus filhos estudem até a faculdade e cresçam na vida. Acho seguro criar minhas meninas aqui na ocupação porque me dou bem com todos os vizinhos.” (M.C.F., 43 anos, desempregada).

“Nasci aqui em Salvador, morava em Mapele. Tive uma infância muito difícil, quase não estudei. Com 11 anos trabalhei pela primeira vez, em uma oficina de carro. Tive uma adolescência tranqüila, mas com 16 anos perdi meu avô e tive que morar com parentes. Não gostava de lá, mas a vida aqui tá boa até demais, agora que tenho uma casa minha.” (J.P.S., 38 anos, desempregado).

“Minha vida é um sofrimento. Não tive sorte, sem marido criei dois filhos sozinha, os meus filhos estudaram pouco para ajudar em casa e até hoje estou aqui nessa luta para dar um teto a eles.” (C.C.S.N., 46 anos, catadora).

“Eu morava de aluguel, por 15 anos, pagava o aluguel e não tinha dinheiro

¹¹ A identidade dos entrevistados e entrevistadas foi preservada, a pedido dos próprios militantes do movimento. A técnica de história de vida através da oralidade integra este trabalho no sentido de “expressar as trajetórias pessoais dos sujeitos que integram a pesquisa” (SEVERINO, 2007: 125).

pra comer, porém pagava o aluguel porque precisava morar. Estudei um pouco, mas não aprendi quase nada, só sei rabiscar e aí não dá pra ter um emprego bom, só dá pra se virar mesmo.” (J.M.D., 54 anos, pedreiro).

“Eu morava com minha irmã, minha mãe e minha filha, mas abriram uma boca de fumo do lado da casa que a gente vivia e duas vezes a polícia e depois os bandidos invadiram. Aí peguei minha filha e fui viver com um companheiro, mas não deu certo porque ele maltratava minha filha então resolvi tentar uma casa no movimento porque não tenho como pagar aluguel e criar a menina sozinha, ainda preciso ajudar minha mãe e minha irmã. Não tenho para onde ir e nem como viver se sair daqui.” (G.J., 25 anos, camareira).

“Fiquei desempregada e aí parei de pagar aluguel. No movimento pedi um terreno a Zé,¹² ele me mandou conseguir o material para construir o barraco. Eu construí tudo sozinha. Foi muito difícil. Eu me desfiz de minha única tv, vendi minhas coisinhas poucas. Eu chorei muito ontem (02/08/07) quando achei que iam botar a gente pra fora, porque não tenho pra onde ir com minha filha.” (D.R.C., 28 anos, catadora).

“Nasci em Cabaceira do Paraguaçu (BA). Eu morava com minha família, mas saí de casa com nove anos, pois eles não tinham condições de criar eu e meus irmãos, aí fui trabalhar com uma enfermeira ajudando. Com 13 anos vim pra Salvador sozinha trabalhar, depois fui viver com uma pessoa, mas não deu certo. Eu tive um filho e tô aqui mais ele lutando pra viver.” (C.C.R.S., 31 anos, empregada doméstica).

“Sempre fui muito trabalhadora, desde criança, muitas vezes obrigada pela pessoa que me criava. Cresci e sempre tive que ajudar a minha mãe, pois ela teve 11 filhos, todos sem presença de pai. Com 14 anos vim pra Salvador, com 22 anos fui morar com um homem, passei 18 anos com esse homem, tive 2 filhos e agora estou com 43 anos batalhando ainda pela moradia.” (A.F., 43 anos, empregada doméstica).

¹² Refere-se a Zé Bambá, um dos coordenadores estaduais do MSTB e responsável pela ocupação Quilombo de Escada até junho de 2008, quando foi substituído por uma comissão de mulheres.

Últimos acenos e algumas inquietações: conclusões ou inconclusões?

No contexto do *déficit* habitacional em Salvador, existem questões sociais mais amplas, acessórias, porém de absoluta pertinência para a compreensão da “Salvador, cidade das desigualdades” (ESPINHEIRA, 1999: 63): a discriminação por gênero, etnia e deficiência, a prevalência dos direitos patrimoniais sobre os direitos humanos, a criminalização dos movimentos sociais, a intervenção policial nos conflitos sociais, a necessidade de uma reforma urbana democraticamente construída, a feminização da pobreza e do desemprego, a ausência de um marco jurídico que regulamente o conflito fundiário urbano, o *lobby* e a especulação imobiliária, dentre outros. A complexidade que envolve o tema requer que a sociedade lance um olhar humanizado e multidisciplinar sobre esta dura realidade, considerando o papel da construção histórica do fenômeno ora em tela.

Urge que o fazer política pública, sobretudo em governos que propalam *slogans* de “participação popular”, de fato ouça os cidadãos e cidadãs, os movimentos sociais, as minorias (não quantitativamente, mas qualitativamente falando). Faz-se necessário, ainda, que se desmistifiquem alguns sentidos comuns em torno dos movimentos de luta pela moradia, sobretudo no que concerne à criminalização destes. Os trabalhos de Vieira referentes a movimentos populares mostram neste cenário de criminalização “uma reorientação nas estratégias de controle estatal em um contexto de crise do Estado de Bem Estar Social e a ampliação do Estado Penal” (VIEIRA, 2007: 1).

Tal realidade resulta de um contexto social propício às políticas de criminalização da pobreza.

Crescem os contingentes humanos de excluídos sociais: os sem teto, sem emprego, sem terra. Assim, incapaz de oferecer respostas no plano das políticas sociais, o Estado oferece a esses setores marginalizados o braço forte da sua política de segurança: trata-se agora da penalização da miséria [...] Essa penalização da miséria é uma necessidade estrutural do atual modo de produção capitalista de cunho neoliberal (VIEIRA, 2007: 2).

Estas estratégias de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, bem como o uso do discurso neoliberal pautado na suposta “inempregabilidade” dos trabalhadores pouco qualificados, são exemplos da manipulação da opinião pública, com o intuito de retirar a visibilidade de questões estruturais, como o conflito fundiário urbano e o *déficit* habitacional, conseqüências da

problemática da urbanização em áreas periféricas penetradas pelo capital em sua fase monopolista de expansão. Resultado, sobretudo, da ausência histórica do Estado, na forma de políticas públicas efetivas (como foi colocado em seções anteriores), enquanto agente promotor dos serviços públicos essenciais, fomentando assim a limitação do exercício pleno de cidadania por parte daqueles que são excluídos, em todos os sentidos, não apenas do sistema capitalista, mas, conseqüentemente, da sociedade como um todo.

Bibliografia

ABRAMO, Pedro. *O mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes metrópoles: notas para delimitar um objeto de estudo para a América Latina*. Disponível em: <<http://216.239.51.104/search?q=cache:A1YaeAcIJDYJ:www.worldbank.org/urban/symposium2005/papers/abramo.pdf+relat%C3%B3rio+sobre+conflito+fundi%C3%A1rio+urbano+movimentos+sociais&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=32&gl=br>>. Acesso em: 8 de julho de 2007.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. *Direito à Moradia: Instrumentos e Experiências de Regularização Fundiária nas cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas, FASE/IPPUR, 1997.

_____. *O significado do Estatuto da Cidade para os processos de Regularização Fundiária no Brasil*. Disponível em: <<http://www.sedur.ba.gov.br/pdf/versao.final.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2008.

ANDRADE, Adriano B; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. *Geografia de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2006.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 9 ed., 2003.

AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade de Salvador*. Salvador: Editora Itapuã: Prefeitura Municipal de Salvador, 1969.

BAHIA. *Relatório Síntese: Conflitos fundiários urbanos e violações do direito humano à moradia adequada na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: CONDER, 2007. 33 f. Mimeografado.

BICHIR, Renata M.; MARQUES, Eduardo C. *Estado e espaço urbano: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a02n16.pdf>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2008.

BRANDÃO, Maria de A. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. IN: VALLADARES, L. do P. (Org.). *Habitação em questão*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 125-142.

BORGES, Ângela. O trabalho e os trabalhadores depois da reestruturação produtiva: algumas inquietações. *Cadernos do CEAS*, n. 220, p.19-28, nov-dez. 2005.

CARVALHO(a), Ana Dias da Silva. *O Crescimento recente de Salvador*. Salvador: A Tarde, 22 de maio de 1957.

CARVALHO(b), Inaiá. *Problemas de emprego em áreas urbanas da Bahia*. Salvador: CRH, 1976.

CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1989.

COSTALDELLO, Angela Cassia. *As transformações do regime jurídico da propriedade privada: a influência no direito urbanístico*. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/viewFile/8754/6573>>.

Acesso em: 05 de maio de 2008.

CRUZ, Fábio Souza da. *A cultura da mídia no Rio Grande do Sul: O caso MST e Jornal do Almoço*. 2006. 227 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ESPINHEIRA, Gey. Salvador: a cidade das desigualdades. *Cadernos do CEAS*, n. 184, p. 63-78, nov-dez 1999.

FARIA, Vilmar E. Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade. *Estudos CEBRAP n° 9*, p.131-151, 1974.

_____. *Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

MARICATO, Ermínia. A cidade é um grande negócio. *Teoria e Debate*, n° 3, junho de 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Fredrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MATTEDI, Maria R. M. *As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

MOHERDAUI, Bel. *Apê seis-estrelas: Os apartamentos magníficos de quem nunca ouviu falar do Sistema Financeiro de Habitação*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/100500/p_080.html>. Acesso em: 14 de janeiro de 2008.

MOURA, Milton. Notas sobre o verbo invadir no contexto social de Salvador. *Cadernos do CEAS*, n° 125, 1989.

MSTB (Movimento dos Sem Teto da Bahia). *Quem Somos*. Salvador, 2004. 4 f. Mimeografado.

_____. *Mulheres, moradia e outras lutas*. Salvador, 2008. 5 f. Mimeografado.

NEVES, Erivaldo F. *Invasões em Salvador: um movimento de conquista do espaço para morar (1944-1950)*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1985.

OLIVEIRA, Francisco (a). *Bahia de todos os pobres*. São Paulo: Cebrap, 1980.

OLIVEIRA, Nelson (b). A conversão obediente ao mandato imperial: reflexão sobre políticas de ajuste impostas pelo Banco Mundial. *Cadernos do CEAS*, n° 178, nov/dez 1998, p. 21-44.

_____. Meio ou fim: os dilemas da democracia na reprodução sócio-econômica. *Cadernos do CEAS*, n° 183, set/out 1999, p.53-76.

PEDRÃO, Fernando. *As raízes da pobreza na Bahia: a condição econômica da*

Luciana da Luz Silva

Breve resgate histórico da luta por moradia em Salvador...

questão social. Salvador : CEB/UFBA, 1985.

SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador. Estudo de geografia urbana*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1958.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Luciana da Luz. Aspectos do mercado de trabalho em Salvador, flexibilização e precariedade: o caso da empresa Y. *Cadernos do SEPADM*. Salvador: Edufba, 2006, p. 165-183.

SIMÕES, Maria Lúcia. Invasões: agentes de produção da cidade do Salvador. *Cadernos do CEAS*, nº. 99, 1985.

SINGER, Paul. Força de Trabalho e emprego no Brasil: 1920-1969. São Paulo: *Cadernos do CEBRAP* 3, 1971.

VIANNA, Ângela Ramalho. *Estratégias de sobrevivência num bairro pobre de Salvador*. Salvador: 1980.

VIDAL, Francisco C. Baqueiro. As agonias do desenvolvimentismo e o (des)ajuste social no Brasil do Real. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v. 16, n. 4, p. 525-539, jan./mar. 2007.

VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. *Presos em nome da lei? Estado Penal e criminalização do MST*. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/5/Fernanda_Maria_da_Costa_Vieira.pdf>. Acesso em: 8 de julho de 2007.

Fontes

Jornal Tribuna da Bahia no período entre fevereiro e novembro de 2007.

Colaboração recebida em 16/8/2008 e aprovada em 3/11/2008.